



Balanço 30º Congresso Sinpeem

Um Congresso imobilista, que serviu para encobrir a traição das Centrais



POR | Partido Operário Revolucionário

 **MASSAS**
UM CONGRESSO DE REVOLUÇÃO E OPRESSÃO PROLETÁRIA

Índice

| | |
|---|----|
| 1. Apresentação | 3 |
| 2. Contexto do Congresso | 5 |
| 3. Atuação da burocracia sindical | 7 |
| 4. Atuação da Unidade da Oposição | 13 |
| 5. Atuação da Corrente Proletária na Educação | 19 |
| 6. Documentos anexos | 25 |
| <i>Tese da Corrente Proletária na Educação/P.O.R.</i> <i>ao 30o Congresso do SINPEEM</i> | 25 |
| <i>Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR) -</i> <i>Aos delegados do 30o Congresso do SINPEEM</i> | 34 |

1. Apresentação

O 30º Congresso do Sinpeem, que ocorreu entre os dias 22 e 25 de outubro de 2019, contou com aproximadamente quatro mil delegados. Durante os quatro dias de congresso, a classe, que avalizou a ida de seus representantes, foi traída. Traída, porque o objetivo de organizar as lutas para o próximo período contra os violentos ataques dos governos não foi cumprida. E não atingiu esse objetivo porque a burocracia sindical fez de tudo para que não ocorresse qualquer debate mais profundo sobre os principais problemas que cercam a educação, tais como a questão salarial, as condições de trabalho e a manutenção de direitos.

A Corrente Proletária na Educação/POR, através de sua militância organizada, procurou interferir nos rumos da política imobilista e distracionista, imposta pela burocracia sindical, no congresso. Interveio nas plenárias, com o programa proletário para a educação. Expressou sua posição sobre a conjuntura desfavorável aos trabalhadores, com os inúmeros ataques a seus direitos e condições de vida e trabalho; denunciou a responsabilidade das centrais sindicais, na derrota sobre as reformas trabalhista e previdenciária, revelando seu papel traidor; divulgou a Revista Proletária na Educação, como forma de mostrar aos delegados a concepção marxista sobre a educação no capitalismo, e as medidas dos governos

para seu sucateamento; participou das reuniões da Unidade da Oposição, defendendo que a unidade é o único caminho para derrotar a burocracia encastelada no sindicato, etc.

Diante de um profundo ataque da burguesia e seus governos à vida da maioria explorada, o 30º Congresso do Sinpeem não cumpriu a principal tarefa de um sindicato. A defesa da vida dos trabalhadores da educação contra a destruição da escola pública. Portanto, esse folheto tem, como principal tarefa, transformar em teoria as experiências na luta contra a burocracia sindical e seus lacaios. Manter vivo na memória dos trabalhadores, através desses embates, os caminhos tortuosos que terão de trilhar, para construir sua direção revolucionária no sindicato. Lembrar, em todo momento, que somente com o fortalecimento da fração revolucionária, na defesa de um sindicato classista, de luta, é que conquistará vitórias e derrotará os planos nefastos da burguesia e seus governos.

2. Contexto do Congresso

O 30º Congresso do Sinpeem ocorre exatamente na semana em que o Senado aprovava, em segundo turno, a brutal reforma da Previdência, e anunciava a extensão dessa reforma para os estados e municípios, por meio da PEC paralela. A aprovação da PEC paralela é expressão da traição das centrais, ao desmontarem a greve geral, organizada para 14 de julho. O Congresso, portanto, estava diante de uma profunda derrota dos trabalhadores e da política traidora da frente burocrática das centrais sindicais.

No mesmo período, no Chile, as massas se levantavam contra o aumento das passagens do metrô, do governo de Sebastian Piñera. O aumento das passagens serviu como estopim da fúria das massas, contra as precárias condições de vida, impostas pelas contrarreformas promovidas pelos governos, desde a ditadura fascista de Pinochet.

Pouco tempo antes, os trabalhadores indígenas do Equador travaram uma grande batalha, nas ruas, contra o aumento do combustível feito pelo governo de Lenín Moreno. O governo teve que recuar com o aumento, mas permanece a situação de precarização da vida da maioria oprimida dos equatorianos.

Diante desse contexto de ataque à vida da maioria explorada do Brasil, do Chile, do Equador e de outros países

da América Latina, o 30º Congresso do Sinpeem se mostrou imobilista. Não cumpriu com sua principal tarefa, que era a de organizar os trabalhadores da educação para enfrentar seus carrascos. Omitiu-se diante dessa conjuntura de levantes e enfrentamentos, oferecendo, aos quatro mil congressistas presentes, distrações, com shows e mesas de formação. Nem mesmo apontou uma assembleia, para que a classe pudesse encaminhar, coletivamente, as lutas para conter a fúria da burguesia e seus governos, na destruição de direitos conquistados.

Na verdade, esse congresso serviu, deliberadamente, para acobertar a traição das centrais sindicais, que substituíram a luta direta nas ruas pela pressão parlamentar, através das emendas para “desidratar” a reforma previdenciária. Nesse sentido, a classe saiu deste congresso desarmada, à espera dos próximos golpes planejados pelos governos, que atendem apenas aos interesses do capital financeiro e do imperialismo.

3. Atuação da burocracia sindical

A atuação da burocracia sindical, dirigida por Claudio Fonseca/PPS (Corrente Compromisso e Luta) não difere, em essência, dos congressos anteriores, que têm sido a de impor um controle brutal na dinâmica das intervenções, a partir da anulação completa da democracia operária.

No entanto, cabe destacar aqui alguns aspectos dessa atuação, sob um contexto particular da luta de classes, onde os trabalhadores sofreram recentemente duas grandes derrotas, com as reformas trabalhista e da previdenciária, fruto da traição das burocracias que dirigem as centrais sindicais estatizadas (CUT, Força sindical e outras).

Diante de uma conjuntura de ataque aos direitos e conquistas trabalhistas, tanto na esfera nacional, com o governo fascistizante de Bolsonaro, quanto na esfera estadual e municipal, com os governos de Dória e Bruno Covas/PSDB, o 30º congresso do SINPEEM tinha a tarefa de armar os trabalhadores contra as ofensivas desses governos. No entanto, foi estruturado, pela Corrente Compromisso e Luta, justamente com o objetivo contrário, o de manter os trabalhadores na passividade, a fim de garantir a continuidade de sua política de conciliação de classes com o governo atual. Isto por que o papel das burocracias sindicais se resume a manter o regime capitalista vigente, o que os coloca sob uma posição de cor-

reia de transmissão da política burguesa.

Esta atuação autoritária pôde ser evidenciada ao longo de todo o congresso, e mesmo antes, desde a sua organização, quando não se discute seu formato em nenhuma das instâncias deliberativas do sindicato (reuniões de representantes, reunião do conselho geral e nas assembleias). Desta forma, não havendo nenhum debate sobre o seu formato, os delegados são eleitos nas unidades escolares, a partir da expectativa de um congresso acadêmico e festivo, sendo que muitos, inclusive, desconhecem qual o verdadeiro papel de um congresso sindical. Acreditam que sirva apenas de aporte a formação para o exercício das funções na educação, seja na docência, na gestão ou no apoio ao ensino.

Neste sentido, a organização do congresso pela burocracia sindical se configura como o primeiro golpe à democracia operária. Mas, respondem demagogicamente que esta estrutura é para atender aos interesses dos próprios trabalhadores, que se manifestam por meio dos questionários de avaliação do congresso, legitimando este formato. O que quer dizer que se responsabiliza a base por sua despolitização, quando, na verdade, é responsabilidade primeira da direção sindical formar os trabalhadores para a luta de classes.

Após o primeiro golpe, com a organização de um congresso burocrático distracionista já armado, observamos outros golpes à democracia operária, que marcam a atuação da burocracia sindical:

MESA DE ABERTURA

Em congressos anteriores, a mesa de abertura contava com a presença de representantes das demais entidades sindicais ligadas à educação, que, apesar de contar com a presença de outros burocratas sindicais, ressaltava a importância e necessidade da unidade na luta dos trabalhadores.

Neste congresso, esta farsa deu lugar a uma mesa de abertura, mais condizendo com o caráter do congresso, trazendo apenas três sindicalistas: Roberto Leão (CNTE), Douglas Izzo (CUT) e Loretana Paolieri (CPP). Preencheu o restante da mesa com a presença de alguns palestrantes, dentre eles, aqueles

que têm marcado presença todos os anos no congresso do SINPEEM, como o charlatão Max Haetinger, que não representam nada, no que diz respeito à organização das lutas na Educação.

REGIMENTO

O primeiro grande embate no congresso se deu na sua abertura, durante a discussão do regimento, momento em que as correntes de oposição buscam resgatar o caráter do congresso, como instância de deliberação da classe sobre suas reivindicações e seus métodos de luta. Por isso, é justamente, neste momento, em que a burocracia atua de forma mais truculenta, com mãos de ferro, cerceando o debate e descaracterizando as propostas oposicionistas.

Neste 30º congresso, cinco pontos foram destacados pela oposição:

1) *Estrutura do congresso*

Como de costume, a burocracia mantém a defesa da manutenção do congresso distracionista, apelando, inclusive, com a justificativa de que não pode romper o contrato já realizado com os palestrantes convidados, quando, na verdade, o seu único interesse é o de desviar as discussões essenciais da classe para o debate acadêmico.

2) *Texto referência*

A burocracia alega que o Texto Referência proposto representa o acúmulo do debate realizado nos congressos anteriores. A mentira do acúmulo do texto referência é facilmente combatida, pois, há muitos anos, só se consegue debater uma pequena parte do ponto educacional, e mesmo este extremamente comprometido, pela limitação imposta pelas emendas, ou seja, as correntes oposicionistas são obrigadas a legitimar a essência do texto da direção majoritária, para conseguir intervir no congresso. Alegou que todos os setores de oposição haviam apresentado emendas ao texto referência e que, portanto, não cabia a denúncia.

3) *Dinâmica das plenárias – a questão sindical*

A tática utilizada pela burocracia para evitar qualquer choque com a Oposição e com o plenário foi a de absorver as propostas que estavam no Texto Referência. Isso ocorreu com o ponto Sindical, que é uma reivindicação antiga da Oposição. Sabendo que não haveria possibilidade de haver sua discussão e que esta estaria, assim, comprometida, aceitou demagogicamente. O resultado foi exatamente o que prevíamos. Não houve qualquer discussão desse importante tema.

4) *Encaminhamento de moções*

A burocracia exigia que as moções propostas pela plenária tivessem, no mínimo, 5% do total dos delegados presentes. Essa é uma forma de impedir que qualquer delegado, principalmente da Oposição, pudesse apresentar qualquer tipo de moção.

A burocracia sustentou a exigência burocrática, alegando que as moções precisavam ser legitimadas por um número mínimo de delegados, quando, na verdade, se tratava apenas de um artifício para impedir a apresentação das moções, já que nenhuma moção foi apreciada pelo plenário.

5) *Prestação de contas dos gastos com o congresso*

Foi exigido que a burocracia apresentasse por escrito aos delegados todos os gastos para realização deste congresso, a fim de garantir a transparência na utilização dos recursos advindos da contribuição dos associados. Um elemento importante para que os trabalhadores decidam, inclusive, sobre a manutenção deste formato de congresso.

Como nos anos anteriores, a burocracia aceita a inclusão da proposta, mas não apresenta a prestação de contas, desrespeitando a deliberação do congresso.

PLENÁRIAS

Assim como no regimento, nas duas plenárias, a atuação da burocracia se deu de forma truculenta, buscando cercear o debate, e descaracterizando as propostas oposicionistas

para confundir os delegados e, assim, garantir a manutenção do texto referência, que significa a tese-guia da direção majoritária.

Na primeira plenária, foi apresentado o conjunto das emendas de todas as correntes. A burocracia centrou sua fala na exaltação das conquistas do SINPEEM, como se fossem conquistas do presidente e vereador Claudio Fonseca, e não fruto da luta grevista dos trabalhadores. Para isto, ressaltou as questões relacionadas às conquistas da carreira, fazendo um paralelo com a precarização na rede estadual. Sua intervenção foi rebatida por todas as correntes, no sentido de demonstrar que, se houve alguma conquista para o conjunto da classe, esta se deve à disposição de luta grevista dos trabalhadores.

Ainda na primeira plenária, após exposição do conjunto das emendas, foi iniciado o debate sobre a conjuntura nacional. Neste ponto, o que nos chamou a atenção foi que a burocracia se utilizou, em alguns momentos, da estratégia de aprovar uma parte das emendas como aditivas ao texto referência, simplesmente para impedir o debate de posições claramente divergentes. Isto ocorreu principalmente no debate sobre a conjuntura nacional, conferindo ao texto um conteúdo diverso e contraditório.

Houve rejeição, apenas, nas caracterizações do governo Bolsonaro, que incluíam o papel da burocracia sindical como conciliadoras, traidoras e principais responsáveis pela derrota dos trabalhadores na luta contra a reforma da Previdência. Sobre esta caracterização, foi obrigada a se contrapor, defendendo que as direções travaram uma luta que minimizou os impactos da reforma, e que a caracterização de responsabilização das centrais sindicais pela derrota não pode ser feita, pois, potencia o ataque do governo sobre a organização sindical.

Diante desta caracterização, o debate cutista (corrente O Trabalho) fez coro com a direção majoritária, no sentido de evidenciar que não é possível fazer uma caracterização da derrota, sem apontar o elemento da correlação de forças, que foi prejudicada com a prisão de Lula, e que, portanto, a bandeira central neste congresso deveria ser “Lula Livre”.

A respeito da polêmica principal do ponto sindical, que se trata da reabertura das subsedes, a burocracia se utilizou da mesma estratégia de aprovação sem debate, pois, provavelmente, irá desrespeitar a deliberação do congresso, como já fez nos dois congressos anteriores, em que aprovou e não cumpriu esta resolução.

Finalizou a primeira plenária, já com o plenário esvaziado, com a aprovação da criação de uma casa do aposentado, e um departamento de saúde, para atender os servidores que sofrem com a violência nas escolas. Apesar da manifestação contrária do conjunto das correntes de oposição, por compreender que se trata de mais um artifício da burocracia para garantir sua manutenção na direção do sindicato, clara estratégia de compra de votos, além do caráter de substituição do papel do Estado, no que se refere ao atendimento de saúde, por secundarizar a luta em defesa da saúde pública.

Na segunda plenária, praticamente não houve debate algum de propostas. Primeiro, porque a burocracia, neste ano, colocou o maior show do congresso, exatamente antes da segunda plenária, o que fez com que atrasasse o seu início. E, além do atraso, em função do show, Claudio Fonseca se utilizou de grande parte do tempo, dando informes de portarias publicadas pelo governo.

Por fim, utilizou-se de uma questão de ordem, referente à plenária do dia anterior, sobre a criação de uma secretaria de mulheres e LGBTs. A burocracia tentou impedir a defesa da proposta, respondendo que, neste caso, o estatuto do Sinpeem exigia a convocação de uma assembleia específica. E abriu para a defesa das emendas da política educacional, mas não conseguiu mais estabelecer a ordem dos trabalhos, em função da polêmica em torno da criação da secretaria de mulheres e LGBTs.

Sobretudo, a burocracia consegue dar o seu golpe final, encerrar a plenária, sem o debate e aprovação de um plano de lutas.

4. Atuação da unidade da Oposição

A Unidade da Oposição (UO) é uma frente, composta por vários agrupamentos, como o POR, PSTU e correntes do PSOL. As exigências de democracia no SINPEEM e independência diante dos governos sempre foram o eixo dessa aliança. Constituiu a Chapa 2, nas últimas eleições sindicais, obtendo, pela regra da proporcionalidade, como minoria, algumas cadeiras na diretoria da entidade – a Corrente Proletária na Educação ocupa uma dessas vagas. Trata-se, portanto, de uma unidade frentista, que possui uma expressão na base.

O problema é que, apesar dessa representatividade, a UO não possui organicidade, ou seja, não tem um funcionamento sistemático. Não realiza reuniões periódicas, e não possui um porta-voz, como um jornal ou boletim, com tiragem regular. Não faz visitas planejadas coletivamente às escolas. Está sempre atrasada nas respostas políticas, “apagando fogo”, como se diz popularmente. Sua ligação com a categoria se faz através da intervenção atomizada das correntes que a compõem. Em suma, não age de acordo com um plano coletivo, que resulte em materiais de propaganda e trabalho de base sistemático.

E por que é importante essa caracterização inicial? É relevante, pois, reflete a condição em que a UO chegou ao 30º Congresso, explica as medidas que teve de tomar durante o

encontro e, por fim, justifica as atitudes tomadas posteriormente. É essa descrição do funcionamento da frente que torna compreensível muitas das falhas cometidas. A tarefa deste balanço é justamente demonstrar tais limitações, mas não só isso: o principal esforço deve ser revelar as raízes políticas de sua incapacidade.

O ponto de partida está no fato de que, há tempos, constitui uma coluna muito minoritária nos Congressos. Em algumas circunstâncias, em votações específicas, consegue arrastar a maioria dos delegados para sua posição. Foram os casos das votações contrárias ao Plano Municipal de Educação, e a favor da reabertura das subsedes, entre outros exemplos. Excetuando esses momentos, no entanto, mostra-se estagnada. Isso acontece porque não faz um trabalho coletivo para eleger delegados em torno das suas propostas. E, com maioria folgada, o Cláudio Fonseca faz o que bem entende durante o Congresso. Pior ainda: essa maioria, às vezes, conta com o apoio de setores oposicionistas. Uma evidência disso é o fato de a Corrente Proletária sustentar há anos, praticamente sozinha, o combate contra o formato despolitizado do Congresso, especialmente nos momentos de aprovação do regimento. No fundo, há uma concordância tácita de grande parte da UO quanto ao caráter “de formação” do Congresso.

Essa imensa margem obtida pelo setor ligado ao Cláudio, é preciso dizer, se faz principalmente pela despolitização dos delegados, que vão ao congresso por questões alheias à organização da luta, mas, também, porque muitos não sentem firmeza na oposição. -Mesmo enxergando os equívocos dos situacionistas, não tomam posição claramente a favor da UO, tendo em vista a sua desorganização.

Um dos pontos mais criticados é a fragmentação da oposição. Cada corrente apresenta as suas emendas ao “texto referência” – o que é absolutamente legítimo. Mas, nada impediria, a rigor, que a UO apresentasse um conjunto de propostas que expressasse um programa. Nada impediria também que discutisse uma tática conjunta. E aqui cabe um parêntese: o bloco do Cláudio não padece desse mal, já que possui uma coesão muito maior. Coesão, entretanto, que é dada pela for-

ma caudilhesca/burocrática que assume a corrente Compromisso e Luta. Esta nem precisa realizar tantas reuniões, dado que nela se segue simplesmente o que é ditado verticalmente pelo Cláudio. O vínculo que se estabelece é de outro tipo, determinado pelo uso do aparato sindical, com relações despolitizadas e regadas a bailes, colônias de férias, churrascos etc.

Da perspectiva da oposição, não obstante, se verifica um ponto crítico: na verdade, o programa da frente, aprovado na convenção de formação da Chapa 2, não corresponde mais, está envelhecido – fato que desnuda o seu caráter meramente eleitoreiro. Opera precariamente como elemento de coesão. Não foi rediscutido, desde que foi aprovado; não há a convocação de plenárias e, ultimamente, nem reuniões por representação (isto é, com representantes de cada agrupamento) têm acontecido.

Então, como decide os posicionamentos que se vê obrigada a encaminhar? A resposta é: pelo método do consenso. Em outras palavras, basta um agrupamento discordar de uma formulação para bloquear a ação coletiva. Trata-se de um completo absurdo, uma vez que é um método antidemocrático por definição – uma minoria ganha o poder de se impor sobre a maioria. A argumentação favorável a esse funcionamento é uma espécie de confissão do desvio burocrático: fala-se sobre a inviabilidade das correntes acatarem posições contrárias às suas políticas. Outro pseudo-argumento, ligado ao que acaba de ser dito, é a suposta dificuldade para convocar as respectivas bases para as reuniões, alegando-se obstáculos de agenda ou coisas assim, extraindo a conclusão de que as votações poderiam gerar desequilíbrios, quanto à expressão dos agrupamentos na base.

Citando um exemplo hipotético: imaginemos que a corrente X possua 500 simpatizantes; se levasse apenas 100 para uma plenária, teria a sua expressão na reunião distorcida, para baixo, em relação à representatividade “real” na categoria.

Como se vê, são considerações associadas à disputa de aparatos, são mesquinhas, relacionadas à autoconstrução das correntes, que acabam sendo colocadas à frente da necessidade premente de derrotar a burocracia sindical, obs-

taculizando efetivamente o trabalho frentista da oposição. Além do mais, esse tipo de raciocínio subverte a democracia sindical como democracia direta, na qual a aferição das forças, bem como o próprio processo de discussão, deliberação e execução das resoluções se faz a partir da participação efetiva nas instâncias e ações do movimento vivo.

É típico do reformismo desconsiderar essa característica da democracia operária, e se guiar pela “contagem de votos”, como elemento passivo, para aferir influência. Trata-se de uma transposição para o campo sindical da mecânica do “acúmulo de forças”, tal como postulam os reformistas, de acordo com a linha de conquista gradual e pacífica de postos no interior das instituições do Estado, de forma a constituir uma hegemonia suficientemente potente para impor reformas progressistas, e derrotar os setores conservadores. No sindicato, essa política se aplicaria ganhando posições no interior da diretoria, e ampliando a influência eleitoral nas regiões, comparecendo diante da categoria como um setor moderado, para tentar descolar votos atualmente destinados à corrente majoritária.

O resultado concreto dessa linha de intervenção, que predomina no interior da UO, é a não distinção política diante da burocracia, como uma oposição irreconciliável, com uma clara delimitação de classe. A UO não se coloca como uma fração revolucionária, comparece tão somente como um campo democratizante, mais “plural”. Há uma renúncia velada, no que diz respeito à tarefa de desmascarar a burocracia como uma correia de transmissão dos interesses da burguesia.

A Corrente Proletária sempre se mostrou terminantemente avessa a esse desvio. Sempre defendeu o princípio da democracia operária. Batalha incessantemente pela convocação das plenárias abertas da oposição, as quais teriam o poder de definir a linha política da intervenção frentista, com votações de maioria e minoria, ficando assegurado o direito de crítica. Se permanecemos no interior da UO, apesar dos equívocos graves, é porque reconhecemos a necessidade da luta unitária contra a burocracia sindical. Pesamos o quão negativo seria, nesse sentido, fragmentar ainda mais a oposição. Mas, não a poupamos da crítica severa – como a que ora apresentamos, neste texto.

Não tratamos a questão da unidade como fetiche. Para nós, a aliança oposicionista é uma imposição da situação objetiva, em que a burocracia, cumprindo o seu papel de correia de transmissão da política burguesa no seio da categoria, exige a luta mais ferrenha, para retomar o sindicato como ferramenta de luta, como condição para defender de forma consequente os trabalhadores, diante da ofensiva dos governos e da burguesia, e para avançar através do combate no campo da independência de classe. Somos radicalmente contra o método do consenso, mas não bloqueamos a ação da oposição em função disso. Acatamos as decisões tomadas através desse mecanismo, sem deixar de fazer o combate a essa distorção burocrática.

Se concordamos com a avaliação feita pela base sobre a desorganização e amadorismo da UO, contudo, discordamos que o problema possa ser resolvido com saídas administrativas. A questão que precede é política. Houve momentos, inclusive, que a oposição compareceu ao Congresso mais organizada, a tal ponto que havia propostas decididas coletivamente, com os agrupamentos abrindo mão de grande parte das suas propostas, em nome da unidade. Mesmo assim, o Cláudio deu um jeito de manobrar a plenária, de maneira a manter o caráter inócuo do Congresso – inócuo do ponto de vista das necessidades dos trabalhadores. O formato distracionista e festivo não mudará, enquanto a oposição não se consolidar como uma fração programática no seio da classe.

A derrota sobre as burocracias sindicais, com as bases empunhando um programa classista, pode acontecer em entidades isoladas, alçando, à direção, a política revolucionária. Mas, sabemos que a consolidação dessa via, com a superação da camisa-de-força, que representa hoje o fenômeno da burocratização dos organismos de massa, depende de um ascenso vigoroso do movimento geral dos oprimidos. Evidentemente, isso não significa que devamos esperar passivamente; pelo contrário, a tarefa principal dos revolucionários consiste justamente em preparar pacientemente as condições, combinando o embate ideológico com as resoluções práticas de impulsionamento das mobilizações. É preciso pôr em pé uma

fração que batalhe pela constituição dos sindicatos como ferramentas auxiliares na luta pela revolução proletária.

Enquanto isso, na contramão de tais necessidades, a UO continua improvisando, com uma política capenga. Este ano, nem apresentou um panfleto unitário. Não fez uma reunião sequer antes do Congresso. Discutiu às pressas – na véspera, mais precisamente – duas propostas de resolução, uma sobre a questão sindical, e outra de plano de lutas. A primeira, cujo rascunho inicial foi elaborado pela militância da Corrente Proletária, concluiu aprovada sem discussão pelo plenário, com um destino óbvio: a burocracia não vai encaminhar nada que se oponha à sua política, engavetando o restante. A outra resolução nem chegou a ser apreciada pelos delegados. E não foi apreciada porque o Cláudio soube se aproveitar do atrito gerado artificialmente pela corrente MRT, que não compõe formalmente a UO, mas se coloca como opositorista.

Salta aos olhos, portanto, a necessidade de superar os traços burocráticos e a concepção política dada hoje à UO. Basta mencionar o fato de a oposição sequer ter chamado uma reunião de balanço do Congresso. E isso quando a situação política exige manter a guarda alta, frente a tantos ataques por parte dos governos, como a PEC Paralela, as ameaças à estabilidade, etc. A Corrente Proletária defende a mais ampla unidade para enfrentar os governos e a classe dominante, que seguem impondo as medidas antinacionais e antipopulares. Unidade no campo da independência de classe, com os métodos e a política da classe operária.

5. Atuação da Corrente Proletária na Educação

A Corrente Proletária na Educação atuou de forma incisiva, fazendo as denúncias necessárias, e defendendo um congresso classista, independente e de luta. Apresentou sua tese, manifestos e divulgou sua Revista Proletária na Educação nº 9.

Nossa intervenção se deu desde o início, na aprovação do Regimento, bem como nas duas sessões plenárias. Nossas propostas tiveram como essência a desburocratização, por meio da defesa da democracia operária e a independência do sindicato frente aos governos e partidos burgueses. Além disso, colocamos a necessidade de sairmos armados desse Congresso, construindo um Plano de Lutas que atendesse as reivindicações da classe, e que se concretizasse através do método da ação direta.

Em relação ao Regimento, destacamos três pontos importantes: a estrutura do congresso, a apresentação de teses pelos grupos e a prestação de contas.

Em relação à **estrutura do congresso**, fizemos a defesa por um congresso constituído por grupos de debates e plenárias, para que os delegados pudessem discutir, de fato, as reivindicações da classe e seus métodos de luta. Fizemos a crítica ao formato do Congresso, festivo e distracionista, estruturado pela burocracia sindical, que tem como objetivo impor a

conciliação de classes, ao invés de armar os trabalhadores contra os ataques brutais impostos pelos governos. A maioria votou por manter essa estrutura distracionista, levados pelo argumento da direção majoritária, que a mudança implicaria em cancelar o convite aos palestrantes. Reivindicamos, para o próximo Congresso, uma assembleia geral, para decidirmos e aprovarmos um formato que propicie os debates necessários para os trabalhadores.

Colocamos a importância da **apresentação das teses** de todos os agrupamentos. A Corrente Proletária produziu sua tese, mas só pode distribuí-la aos delegados, sem poder fazer a defesa antes da votação. Como ocorre em todos os anos de Congresso. A defesa da burocracia foi de que o texto referênciava um acumulado das discussões de todos os Congressos. Uma falácia, pois, sabemos que, ano após anos, temos sempre de aprovar por onde começaremos a discutir o texto, já sabendo que não será possível fazer a discussão completa, devido ao pouco tempo que se destina às discussões. A conjuntura internacional, por exemplo, não é discutida há muitos anos pelos congressistas.

Por fim, destacamos a importância da **prestação de contas**. O presidente do Sinpeem, Claudio Fonseca, colocou que seria apresentada ao final do Congresso, porém, mais uma vez, uma deliberação do congresso foi descumprida e essa questão não foi apresentada.

Plenárias

A Corrente Proletária na Educação defendeu o resumo de suas emendas, apontando o contexto em que esse Congresso estava sendo realizado, ou seja, na sombra de duas grandes derrotas: a Reforma Trabalhista, que representa um grande retrocesso aos trabalhadores, e a Reforma da Previdência, que significa um ataque brutal aos explorados. As Greves de abril/2017 e junho/2019 mostraram que, quando há um chamado, os explorados e a juventude têm respondido, demonstrando que há disposição de luta. Mas, as direções sindicais vêm atuando como um freio, e bloqueando o método da classe operária. Nesse sentido, colocamos a importância de se fazer

um balanço, e tirar resoluções, partindo das reivindicações elementares, como emprego, salário e, através do método da ação direta, e não da via parlamentar, como as direções sindicais têm atuado, travar a luta pela destruição do capitalismo e construção do socialismo.

Após a apresentação do resumo das emendas dos quinze agrupamentos políticos, a primeira plenária se inicia, decidindo por qual ponto do texto referência deveríamos começar as discussões. Isso porque, como em todos os anos, o tempo destinado à discussão política é muito pequeno. Assim, de antemão, sabíamos que não seria possível fazer a discussão de todo o texto. Foi deliberado por começarmos pela Conjuntura Nacional.

A Corrente proletária na Educação propôs várias emendas, para poder colocar sua posição frente à degeneração do sistema capitalista mundial, que implica na degradação da vida dos trabalhadores, juventude e todos os explorados, nacionalmente. Mas, por conta do formato desse Congresso, bem como a atuação da mesa, dirigida pela direção majoritária, não teve espaço para fazer as defesas.

Na primeira plenária, tivemos direito a uma única defesa, onde caracterizamos o governo Bolsonaro como ditatorial, militarista, fascistizante e pró-imperialista. Defendemos o método da ação direta, frente à burocratização das Centrais Sindicais, que traíram o movimento, e são responsáveis pela aprovação das reformas. Nossa emenda não foi aprovada, com a argumentação, feita pela ala petista, de que essa era a hora de união, e de não de críticas às centrais. Utilizaram, como sempre, do método da conciliação e da resistência via parlamentar, que, como já sabemos, é uma falácia.

Outras emendas, escritas por nós e por outros agrupamentos da Oposição, foram aprovadas como aditivas. A direção majoritária do Sinpeem utilizou desse recurso para que houvesse o mínimo de discussão possível, assim conseguindo mascarar sua passividade, frente a todos os ataques sofridos pelos explorados. No fim, o texto da Conjuntura não foi esgotado, por falta de tempo.

A segunda plenária foi iniciada após um show, o que causou um grande atraso proposital pela direção majoritária.

Além desse atraso, o Presidente do sindicato e vereador Claudio Fonseca utilizou uma grande parte do tempo dando informes, que já estavam publicados, demonstrando nitidamente a intenção de segurar o debate político.

O início do debate das emendas começou pela Política Educacional. Novamente, nós da Corrente proletária havíamos produzido várias emendas, que colocavam nossa concepção de Educação, na qual caracterizamos a crise na Educação como reflexo da degeneração do capitalismo. Mas, não conseguimos fazer as defesas e expor nossas ideias e bandeiras, por conta do tempo reduzido, e das manobras feitas pela burocracia, para minar qualquer discussão.

Foi acordado, então, destinar uma hora para a discussão do Plano de Lutas. Aprovamos, sem defesa, a bandeira “Abaixo o governo militarista, antinacional e antipopular de Bolsonaro”.

Mas, a discussão do Plano de Lutas não foi concluída. A mesa atravancou a discussão de todas as formas, encerrando a plenária, exatamente às 17h30min, sem sequer uma data para assembleia, para que a classe pudesse deliberar ações contra os ataques deferidos pelos governos: reforma da Previdência, terceirização, meritocracia, demissões, entre outros.

Nesse sentido, foi correta a posição da Corrente Proletária ao intervir, logo no início, no regimento, para que esse Congresso pudesse ter atendido as expectativas dos trabalhadores da educação, preparando a categoria.

Por fim, como se trata de um Congresso manipulado pela burocracia, poucas emendas puderam ser defendidas. A limitação de caracteres para a redação, bem como a manipulação feita pela direção majoritária do Sinpeem, ora descaracterizando as defesas, ora limitando as defesas, por conta do tempo ínfimo que se deu para as plenárias, impediram uma participação que discutisse os temas de conjunto no congresso.

Compromisso e Luta exclui burocraticamente o painel específico do Quadro de Apoio

Não é de hoje que os governos e capitalistas desvalorizam o Quadro de Apoio da Educação (QA). Nas últimas décadas, todos os prefeitos, desde o direitista Jânio, ao reformista Ha-

ddad, não fizeram outra coisa, senão manter as péssimas condições de trabalho e salário. O embrutecimento, a fragmentação e a alienação são elementos essenciais para manter a profunda exploração do setor, visível pelo piso miserável oferecido, que não ultrapassa 1,3 salários mínimos.

As direções sindicais, por sua vez, colaboram com esse quadro, à medida que nada fazem para alterar essa situação. Reforçam essa relação, à medida que transformaram os sindicatos em empresas, ao longo do século. Vendem serviços assistenciais, como assessoria jurídica, convênios com laboratórios médicos, cursos, colônias, e disputam entre si os “melhores” para cooptar associados. A política assistencial é a negação da luta coletiva dos assalariados contra o capital. É uma política de colaboração de classes. As direções sindicais, dessa forma, passaram a se comportar como proprietárias dos sindicatos. Tornaram-se cada vez mais burocráticas e autoritárias na fase imperialista, pois, não conseguem enfrentar a ganância do grande capital parasitário, que retira direitos dos trabalhadores.

Por serem pró-capitalistas, precisam calar seus opositores. No Congresso do Sinpeem, isso ficou visível. A direção majoritária eliminou o painel específico do QA da programação. Isso porque tem diminuído a quantidade de sócios. Uma boa parcela despolitizada tem preferido os cursos on line da Aprofem, e um tratamento mais “gentil” com os filiados. Mesmo não tendo uma sala, os A.T.E.s participaram do debate sobre terceirização e, junto com o POR, criticaram a exclusão da sala de QA, e apresentaram as reivindicações mais sentidas do setor, que são: reajuste salarial, aumento do piso salarial, redução da jornada para 30h, combate ao desvio de função e fim da terceirização. Exigiram que o secretário geral do sindicato, que mediava os trabalhos, encaminhasse as propostas para votação junto como plano de lutas. O burocrata ignorou as reivindicações e encerrou o debate. Como a direção majoritária bloqueou o debate de Plano de Lutas na plenária final, os problemas do Quadro de Apoio, bem como os dos demais trabalhadores, ficaram sem resposta, e à mercê do ataque dos governos.

A Corrente Proletária/POR chamou uma reunião, para

fazer um balanço parcial do congresso, e mostrar como a burocratização dos sindicatos ocorre, pela ausência de uma direção revolucionária. Que o Sinpeem priorizou a política assistencialista, aprovando um Centro de Saúde, numa plenária esvaziada. Um golpe à construção das subsedes, que é uma reivindicação importante, e nunca é posta em prática pela direção burocrática.

Por fim, nesta reunião de balanço, houve acordo em fortalecer a oposição à burocracia sindical, para poder construir um verdadeiro movimento oposicionista às direções burocráticas. Somente um programa de luta anticapitalista e anti-imperialista, tendo como base o método da ação direta, poderá impulsionar a luta pelas reivindicações mais sentidas, e construir um sindicato independente e de luta de classes.

6. Documentos anexos

Tese da Corrente Proletária na Educação/P.O.R. ao 300 Congresso do SINPEEM

Aos delegados(as),

Os congressos do Sinpeem têm se caracterizado como encontros festivos, despolitizados e profundamente antidemocráticos. Trata-se de um formato que não é aprovado em nenhuma instância, nem sequer nas reuniões de diretoria. A corrente Compromisso e Luta, liderada pelo Cláudio Fonseca, decide tudo sem consultar ninguém. Assim, prevalecem os shows, atividades culturais e palestras, no lugar de privilegiar o debate entre os próprios delegados de base e a deliberação sobre os problemas reais das escolas, como a situação exige e como manda o princípio da democracia operária.

Na contramão dessa necessidade, a direção majoritária da entidade impõe a sua tese, mascarada como “Texto Referência”. Esse mecanismo obriga as outras correntes a se limitarem a “propostas de emendas”, que precisam ser assinadas previamente por um número elevado de filiados e são defendidas de forma fragmentada, com tempo restrito. O objetivo ao impor esse entulho burocrático é, evidentemente, mutilar a apresentação das teses dos agrupamentos oposicionistas. A Corrente Proletária na Educação, porém, não se curva diante dessa manobra absurda. Inscreveu

as suas emendas para ter direito à fala no microfone e, ao mesmo tempo, está distribuindo aos delegados a sua tese, que o/a camarada ora possui em mãos.

Tese da Corrente Proletária na Educação/P.O.R. ao 30º Congresso do SINPEEM

Bolsonaro, o Congresso Nacional, Doria e Covas mantêm a ofensiva contra os explorados. É preciso reorganizar o movimento, preparando uma nova greve geral! Combater nas ruas as medidas antinacionais e anti-operárias! Que os capitalistas arquem com a sua crise! Organizar a frente única anti-imperialista! Partir das reivindicações mais sentidas pelos explorados e ligá-las ao programa socialista de expropriação revolucionária do capital! Em defesa da revolução e ditadura proletárias!

Acerca da política sindical e da conjuntura nacional:

1. Pesa sobre os ombros dos explorados a carga de duas grandes derrotas recentes: primeiro foi a aprovação da reforma trabalhista, ainda sob o governo de ditadura civil de Temer; agora, a reforma da previdência, proposta assumida pelo Congresso Nacional, debaixo do governo militarista e fascistizante do Bolsonaro. Em ambos os casos, as direções sindicais jogaram um papel de traição aos explorados, com uma política nefasta de desviar a explosiva insatisfação das massas para o campo do eleitoralismo e da pressão parlamentar, como se fosse possível “desidratar” as reformas a partir das negociatas via Congresso Nacional. As duas greves gerais, de abril de 2017 e junho de 2019, mostraram que os trabalhadores e a juventude oprimida estavam dispostos a combater para pôr abaixo as medidas anti-operárias. Contudo, por conta da política fracassada de conciliação de classes empunhada pela frente burocrática, liderada pelas centrais, as contrarreformas puderam ser aprovadas na mais absoluta calma.
2. As contrarreformas aprovadas por Temer e Bolsonaro integram o conteúdo do golpe de Estado de 2016. A deposição de Dilma Rousseff respondeu aos interesses da burguesia de impor ao país um governo capaz de cortar mais fundo na carne dos explorados, diante da situação de crise econômica mundial. Não que o PT não tivesse realizado um governo burguês,

de ataque à vida dos explorados; a questão é que não era um partido orgânico da burguesia e vinha se mostrando impotente no que diz respeito à necessidade de aprovar as medidas de ajuste fiscal com a celeridade, amplitude e agudeza exigidas, principalmente em função do problema da dívida pública. Ou seja, o imperialismo exigia cortes orçamentários e uma reestruturação constitucional, na esfera dos direitos, que o PT se mostrou incapaz de empreender. Daí a imposição ao Brasil semicolonial de um governo transitório de ditadura civil, que foi o governo Temer. Este logrou aprovar diversas medidas de arrocho à vida das massas. Na sequência, vieram as eleições e a subida ao poder do governo ultradireitista de Bolsonaro, com características claramente bonapartistas. Todos esses elementos, como o golpe de Estado, a ditadura civil e o Estado policial bolsonarista trouxeram à tona as tendências fascizantes da burguesia. A aprovação do plano de retirada de direitos teve de contar, portanto, com a montagem de um enorme aparato autoritário, somado à política de conciliação de classes das direções sindicais.

3. A direção majoritária do Sinpeem se nega a caracterizar a aprovação das contrarreformas como derrota e a postura das direções das centrais como traidora. Pelo contrário, tem dado a entender que há um saldo positivo para os trabalhadores, dizendo que “poderia ter sido pior”. Proclama para quem quiser ouvir que foi uma “vitória” os estados e municípios terem ficado de fora da reforma previdenciária. Afirma, ainda, que o desfecho da luta contra a Sampaprev teve conquistas, citando os aspectos que figuravam nas primeiras versões do PL - como a alíquota progressiva, que poderia chegar até 19% - e que foram retiradas na versão final. O problema está em que a direção utiliza esse fato para duas finalidades: primeiro, jogar confete em si mesma; segundo, para evitar um balanço rigoroso da sua própria política. No primeiro caso, confunde intencional e oportunamente a sua intervenção com a da categoria, deslocando o protagonismo da classe para a figura do Cláudio; no segundo, oculta os seus erros e até sua atitude de boicote ao movimento. E a conclusão não poderia ser pior: semeia confusão entre os trabalhadores, como se a essência dos ataques não tivesse sido preservada, golpeando a fundo a vida dos explorados de conjunto. Nesse sentido, age como

corporativista, pois vira as costas para os trabalhadores que estão sendo atingidos pelas medidas aprovadas. O mais grave, todavia, é que a linha de “cantar vitória” dificulta aos trabalhadores compreenderem que as duas traições e derrotas emperaram o enfrentamento ao governo militarista de Bolsonaro. É por isso que a tarefa principal do momento para os explorados é justamente tirar do seu caminho o obstáculo que são as direções corrompidas.

4. O Sinpeem encabeçou, de fato, mobilizações importantes nessa trajetória. Foram sucessivas greves, com assembleias e manifestações massivas. E isso, em que pese a política da direção majoritária, que sempre apostou na via parlamentar, pacifista, alimentando ilusões nas mesas de negociação (que só servem para enrolar e enganar os trabalhadores), nas negociações de bastidores, na “pressão” sobre os vereadores e na via judicial (como se a Justiça não fosse patronal). O que explica a amplitude das últimas mobilizações é a combinação de alguns fatores, sendo o principal deles um impulso espontâneo, nascido da gravidade dos ataques. A oposição também deu a sua contribuição, apesar das suas limitações. Já o setor majoritário se encontra divorciado da base, com vários dos seus membros “liberados”, isto é, afastados do trabalho há muitos anos. Não sente a classe pulsar no dia-a-dia, só sabe dos problemas que emergem do chão de escola a partir dos informes dados por terceiros. São dirigidos por um caudilho, o Cláudio Fonseca, que está imerso na política burguesa há décadas. É do conhecimento da categoria o fato dele ter contribuído para eleger o ex-prefeito João Doria. Seu partido compõe a base do governo tucano. Controla o sindicato com mão de ferro, é personalista e centralizador. Em suma, devido à política de sua direção, não há democracia nem independência no Sinpeem.
5. Um sintoma grave do quão apartada das necessidades da categoria está a direção do Sinpeem é o fato do vereador Cláudio Fonseca ser o autor do PL 68/2017. Trata-se de um projeto que, se aprovado, permitirá um aprofundamento da terceirização na Educação Infantil. No discurso, pretende abolir diferenciações negativas, que de fato existem, no seio do quadro docente, tendo em vista o fato dos profissionais dos CEIs não possuírem os mesmos direitos dos que lecionam nas EMEIs

e EMEFs. Procura atingir essa isonomia criando o cargo de PEIF e estabelecendo a JEIF como jornada do cargo para todos. São vários os problemas dessa proposta, destacamos dois: o primeiro é de método, uma vez que se trata de um PL submetido à Câmara de Vereadores, a mesma cova de pilantras que aprovou a Sampaprev, é dominada de cima a baixo pelo Executivo peessedebista e possui um perfil claramente direitista. É nessa gente que o Cláudio Fonseca quer que confiemos a tarefa de valorização dos profissionais dos CEIs. Aqui cabem pelo menos duas perguntas: será que a Câmara que aprovou há pouco o confisco de mais 3% sobre os nossos salários (Sampaprev) irá oferecer JEIF para todos, sem luta? Será que a mesma Casa Legislativa que está repleta de proprietários de creches conveniadas, compondo uma verdadeira máfia, possui algum interesse na melhoria das condições de trabalho para os docentes e na garantia de serviços públicos gratuitos que atendam às necessidades da população? A resposta às duas questões é, evidentemente, não. O segundo problema está em que a possibilidade de transitar dos CEIs para EMELs e EMEFs, apesar de ser um direito negado, irá provocar um esvaziamento dos CEIs, cimentando o caminho para o reforço da privatização. A verdade é que o Fonseca não quer enfrentar o problema central, que é justamente o fato de grande parte do atendimento às crianças de 0 a 3 anos se encontrarem nas mãos da gestão privada. E enfrentar o problema implica lutar pela estatização, sem indenização, sob controle dos trabalhadores. Nesse sentido, qualquer defesa da “isonomia” sem combater as conveniadas e a rede indireta não passa de hipocrisia.

Sobre a política municipal e a questão educacional:

6. Os trabalhadores em Educação do município de São Paulo têm enfrentado vários ataques por parte do governo municipal, atualmente sob o comando do prefeito Bruno Covas/PSDB. Amargam um longo período de arrocho salarial, considerando que todos os reajustes – embora conquistados com luta – foram abaixo da inflação, situação piorada pelo confisco de mais 3% dos salários, através da aprovação da Sampaprev. A elevação da alíquota dirigida ao Iprem para 14%, por sua vez, respondeu a uma imposição de cima para baixo, sendo de-

terminada pela movimentação em âmbito federal em favor da aprovação da reforma da previdência. Trata-se, na verdade, de um plano ditado pelo imperialismo ao Brasil, tendo como objetivo salvaguardar os interesses do capital financeiro relacionados ao pagamento da dívida pública.

7. À penúria salarial se somam a muitos outros problemas. As condições de trabalho vão de mal a pior, com um déficit cada vez maior de docentes e funcionários do quadro de apoio. Não há o suporte necessário para lidar com as crianças com deficiência. A violência grassa no entorno e até no interior das unidades. As escolas necessitam se virar com o mirrado orçamento para continuar funcionando. Enfim, a precarização avança como política consciente, servindo aos interesses privatistas. É o velho clichê neoliberal sendo colocado em prática: primeiro sucateia, para depois justificar a entrega à iniciativa privada, prometendo à população uma melhoria nos serviços. Em nenhum lugar esse roteiro deu frutos positivos. Na Educação Infantil, há já uma enorme presença da terceirização, com as conveniadas e a rede indireta. O governo municipal está alinhando a Educação municipal, num processo acelerado, às determinações da reforma do ensino médio e à BNCC.
8. Parte essencial desse plano é o fechamento de salas e turnos, em particular no noturno e na EJA, paralelamente à imposição das escolas de tempo integral (ETIs), pela via da implementação do Programa São Paulo Integral. A Instrução Normativa nº 21, entre outras medidas de ataque, estabelece a adesão compulsória das EMEFs dos CEUs ao Programa, escancarando a face autoritária desse governo, passando por cima da autonomia dos conselhos de escola. Mais do que isso, tem se utilizado da chantagem, oferecendo mundos e fundos às unidades, como se nós não vivêssemos no mesmo país que aprovou a PEC do Teto, congelando investimentos por vinte anos, e que tem realizado sucessivos cortes no orçamento educacional. O governo mente também às famílias, prometendo aulas de robótica, dança etc. No fundo, está preparando o terreno para uma maior penetração da iniciativa privada, tal como já se vê na rede estadual paulista.
9. A combinação dos ataques nos planos federal, estadual e municipal revela uma investida geral da burguesia sobre a Educação Básica, visando valorizar uma massa gigantesca de

capital que não tem onde ser aplicado. Esse processo principiou pela Ensino Superior, encontrando-se hoje esgotado. A esmagadora maioria das vagas e instituições nesse nível já se encontra nas mãos dos monopólios, a exemplo da Kroton. Este grupo cresceu muito com o investimento no Ensino à Distância (EaD), uma excrescência que só serve ao intento de baratear ao extremo os “custos” com pessoal, estrutura etc. A venda de “sistemas de ensino” e materiais didáticos constitui outro filão. Projetos como o Inova SP e o Novotec, da rede estadual, e o Future-se, do governo federal, possuem um acentuado caráter privatista. Estão inseridos num contexto de avanço da militarização das escolas e do obscurantismo religioso, os quais comparecem representados pelas investidas reacionárias do Escola Sem Partido. Trata-se de um quadro de assombroso retrocesso na Educação.

10. A crise da Educação, porém, não é conjuntural. Também não é resultado tão somente da falta de verbas, não é uma crise de modelo, de gestão ou de currículo. Os ataques atuais só têm aprofundado uma crise que é muito mais profunda. É verdade que as verbas são escassas, há uma intencionalidade da classe dominante no sentido de empregar a Educação como aparato ideológico para manter a sua dominação, bem como é certo que há muito desperdício de recursos. Certamente, o currículo desnuda uma escola apartada da vida real. Não obstante, esses são apenas sintomas de uma enfermidade muito maior. Sob o capitalismo, que se encontra em sua fase última – imperialista -, é impossível um amplo florescimento da humanidade, pois as forças produtivas, altamente desenvolvidas, se encontram encarceradas pelas relações de produção monopolistas. O fenômeno da superprodução impede que a ciência penetre na produção social. Os avanços pontuais na técnica e na tecnologia, além de serem diminutos frente à capacidade de desenvolvimento represada, não chegam à toda população e ainda se voltam contra a humanidade, na medida em que potenciam a criação de valores que não têm como se realizar, isto é, não podem ser consumidos, provocando quebras econômicas cíclicas. É dessa forma, então, que o capitalismo impõe a separação entre teoria e prática, entre sujeito e objeto do conhecimento, entre nós e a realidade. Daí a defesa que a Corrente Proletária na Educação faz da escola

vinculada à produção social, como bandeira que corresponde à necessidade de unir a teoria à prática, colocando como premissa a tarefa histórica de soterrar a propriedade privada dos meios de produção.

Sobre a conjuntura internacional e a resposta proletária:

11. A crise educacional e os duros ataques sobre os trabalhadores em geral se inscrevem num cenário de bancarrota econômica do país, sendo esta uma refração da crise estrutural do capitalismo. A barbárie avança por toda a parte, assumindo formas diversas: recrudescimento das tendências bélicas (vide o caso das ameaças ao Irã), saque imperialista sobre as semicolônias (como na Venezuela), a guerra comercial – particularmente entre os EUA e a China –, o desemprego em massa, o crescimento da onda fascizante, o reforço das tendências ditatoriais da burguesia, entre muitos outros aspectos. Há, por outro lado, um acirramento da luta de classes em escala mundial. As massas têm reagido instintivamente aos ataques, protagonizando lutas heroicas. Enfrentam o seu principal obstáculo, que é a crise de direção revolucionária. A destruição da III Internacional e do partido bolchevique pelo stalinismo contrarrevolucionário prestou um enorme serviço à burguesia mundial. A IV Internacional, fundada por Trotsky, não sobreviveu ao terrível isolamento, à destruição física da vanguarda e ao posterior estilhaçamento pelas diversas correntes revisionistas. Assim, a classe operária e os demais oprimidos se encontram órfãos, sem uma direção à altura dos grandes acontecimentos. O reformismo, que no Brasil conheceu a sua máxima expressão no PT, vai de derrota em derrota, mostrando-se impotente e servil aos ditames do capital financeiro.
12. Aos explorados, diante de tantos ataques por parte da burguesia e seus governos, só resta lutar. Contra todos os desvios e as falsas soluções propostas pelos reformistas, centristas e stalinistas, as massas devem se lançar no campo da independência de classe, empregando o método próprio do proletariado, que é a ação direta. Os sindicatos podem e devem cumprir um papel decisivo na centralização das forças e no levantamento dos trabalhadores pelas suas reivindicações mais sentidas, servindo como ferramenta auxiliar na luta pelo poder.

Mas, para atingir esse ponto, os explorados terão que acertar contas com as burocracias sindicais e direções políticas corrompidas. No caso do Sinpeem, os trabalhadores em Educação terão que varrer o setor majoritário e recuperar a entidade para a luta, respeitando a democracia operária. É na trajetória dos enfrentamentos necessários que os oprimidos irão forjando uma nova direção, classista e revolucionária. Está colocada a tarefa de colocar em pé o partido operário revolucionário, guiado pela estratégia socialista da tomada do poder pela via insurrecional e instauração de um governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado.

Plano de Lutas:

O 30º Congresso do Sinpeem deve se posicionar pelas seguintes bandeiras:

- *Abaixo o governo militarista, antinacional e antipopular, de Bolsonaro;*
- *Não ao pagamento da dívida pública e pela estatização sob controle dos trabalhadores de todo o sistema financeiro;*
- *Revogação das reformas trabalhista e previdenciária, da lei de terceirização e da lei do teto dos gastos;*
- *Combinar a luta contra as reformas com a defesa das reivindicações vitais das massas: salário mínimo vital, a ser calculado pelas assembleias, com reajuste automático; emprego a todos, com estabilidade e efetivação dos trabalhadores terceirizados, por meio da escala móvel das horas de trabalho;*
- *Responder às privatizações e à desnacionalização com a bandeira de reestatização, com o controle operário da produção;*
- *Responder aos ataques contra a educação pública: fim do sistema privado de ensino;*
- *Não às Escolas de Tempo Integral e ao Ensino à Distância;*
- *Rejeição do PL 68/2017;*
- *Isonomia salarial e de direitos.*
- *Fim do controle e influência sobre a educação pelas igrejas. Não à militarização das escolas;*
- *Por um sistema único, público, vinculado à produção social, sob o controle de quem estuda e trabalha, com financiamento integral pelo Estado, cobrindo todas as necessidades das escolas;*

- *Fim de toda legislação que viola o direito de greve e manifestação dos trabalhadores. Fim das prisões e perseguições àqueles que lutam e organizam os movimentos;*
- *Responder à dominação imperialista e à submissão da burguesia brasileira com a bandeira do governo operário e camponês, que será erguida por meio da revolução proletária.*

Manifesto do Partido Operário Revolucionário (POR)

Aos delegados do 30º Congresso do SINPEEM **Defender o método da ação direta e a independência de classe!**

22 de outubro de 2019

O 30º Congresso do Sinpeem ocorre no contexto de violento ataque dos governos e da burguesia sobre os direitos e condições de vida da maioria explorada. Ocorre, também, sob a sombra de duas grandes traições e derrotas da classe operária e demais explorados.

A primeira derrota se deu após a greve de 28 de abril de 2017, com a aprovação da reforma trabalhista do governo de ditadura civil de Michel Temer. As massas atenderam ao chamado das centrais e ocuparam as ruas, em uma histórica greve geral. Colocaram o governo de Temer em xeque. No entanto, logo após veio a desmobilização por parte das centrais que subordinaram às manifestações ao objetivo de negociar no Congresso emendas à reforma trabalhista, e negociavam, às costas dos trabalhadores, a manutenção do imposto sindical. Assim, em julho de 2017, a reforma foi aprovada sem qualquer resistência. O resultado dessa derrota foi a destruição da CLT, com o aprofundamento da terceirização, a introdução do trabalho intermitente e maior precarização das condições de trabalho.

A segunda, trata da reforma da previdência. Tão logo Bolsonaro assumiu a presidência, impondo ao país um governo ditatorial e militarista, o projeto foi levado à Câmara dos Deputados. Pouco tempo depois, foi erguida a mobilização contra o congelamento dos repasses de verbas para a Educação, somando forças à luta contra a destruição das aposentadorias. Os movimentos de maio e junho indicavam o caminho

da vitória.

No entanto, mais uma vez as centrais cumpriram o papel de alçó dos oprimidos. Submeteram mais uma vez ao movimento ao calendário do Congresso Nacional, protelaram o chamado à greve geral. No 1º de Maio, veio à tona o plano da frente burocrática composta pelas principais centrais, que era “desidratar” a reforma através da negociata em torno das emendas parlamentares. No dia 14 de julho, as centrais desarmaram o movimento nas ruas e o resultado foi uma greve geral parcial e limitada. Assim, a reforma da previdência foi votada na Câmara sem qualquer resistência. Mais uma derrota imposta pelas direções e que recairá duramente sobre os ombros dos explorados.

As duas traições e derrotas mostraram que não será possível derrotar as medidas antinacionais e antipopulares com as direções burocráticas que aí estão. São exemplos claros de que os trabalhadores estão órfãos de uma direção classista. A recuperação dos sindicatos como instrumento de luta coloca-se como uma necessidade inadiável. Não podemos mais aceitar as traições das direções, que são uma trava à luta de classes e às conquistas dos trabalhadores.

Nas últimas semanas, a América Latina viveu duas convulsões que revelam a importância do método da ação direta e da independência de classe. No Equador, no início de outubro, as massas indígenas, a juventude oprimida, operários e populares saíram às ruas contra a elevação do preço dos combustíveis e as reformas antinacionais e antipopulares exigidas pelo FMI. Foram 12 dias de intensas batalhas contra o governo pró-imperialista de Lenín Moreno. O governo burguês se viu acuado frente a disposição e radicalização das massas em luta, que desconhecera o toque de recolher e combateram o aparelho repressivo do Estado burguês. Finalmente, Moreno foi obrigado a recuar e suspendeu o Decreto 883, que anulava os subsídios dos combustíveis, após chegar a um acordo com a Confederação de Nacionalidades Indígenas (CONAIE) de desativar os protestos.

No Chile, a juventude saiu às ruas contra o aumento das tarifas de metrô. O governo de Sebastián Piñera decretou estado de emergência em Santiago. Foi obrigado, pela força das ruas, a recuar no aumento das tarifas. A situação convulsiva dos dois

países demonstrou que as massas estão obrigadas a combater os reflexos da brutal crise econômica sobre suas condições de vida e aos governos antinacionais e antipopulares, que aplicam as diretrizes da burguesia monopolista e o imperialismo.

O fator mais importante da situação política, como se pode ver, é que as massas demonstram disposição de luta e recorrem aos métodos da ação direta. Mas, se chocam em toda parte com suas direções sindicais e políticas que fazem de tudo para abortar os movimentos e submetê-los às negociações parlamentares e às disputas inter-burguesas. O caminho para superar o entrave que são as direções pelegas passa pelo fortalecimento dos organismos de base, por desenvolver nos movimentos as bandeiras e reivindicações que unificam os trabalhadores e lutar pela construção de verdadeiras frações classistas nos sindicatos. Trata-se fundamentalmente de mobilizar os trabalhadores e a juventude em movimento a partir das reivindicações elementares, tais como a defesa dos direitos, dos empregos e salários. Este programa, de defesa das bandeiras mais sentidas, contudo, não pode comparecer como um fim em si, mas deve ser conectado à linha estratégica de destruição do capitalismo e edificação do socialismo, pela via da revolução proletária.

O avanço da crise capitalista e de suas brutais consequências sobre as massas demonstram que só é possível cumprir com a tarefa da defesa das condições de vida e trabalho, assim como dos direitos e conquistas, com os métodos da luta de classes; e não com os da colaboração de classes. As duas traições e derrotas são as mais claras manifestações dessa política derrotista das direções.

Atendendo a esse objetivo histórico, cabe à vanguarda consciente no Brasil tomar para si a tarefa de construir o Partido Operário Revolucionário. Está na ordem do dia a defesa dos métodos de luta próprios da classe operária, da independência de classe e da estratégia própria de poder, que é o governo operário e camponês.



Escreva para Caixa Postal 630 - CEP 01059-970 - São Paulo
www.pormassas.org